



Cultura, memória e curadoria digital na plataforma SNIIC

Culture, memory and digital curation in SNIIC platform

Maria José Vicentini Jorente *

Anahi Rocha Silva **

Ricardo Medeiros Pimenta ***

RESUMO

O Sistema Nacional de Informações e Indicadores Cultural (SNIIC) é uma plataforma convergente e colaborativa que reúne objetos e recursos *digitais*, com o objetivo de agregar em uma única base de dados informações referentes à cultura e possibilitar o monitoramento das metas e implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC). O objetivo deste trabalho é refletir sobre a atualização dos conceitos de memória em suas instâncias individual, coletiva e, finalmente, digital considerando: (a) quais as possibilidades que a plataforma digital SNIIC pode oferecer para a promover de discursos plurais, dar voz e visibilidade à diversidade cultural; e (b) qual o seu papel *na construção, preservação e disseminação da memória coletiva e do patrimônio cultural*. A metodologia da pesquisa qualifica-se por sua natureza bibliográfica, descritiva e exploratória, concentrando-se na abordagem temática da ciência da informação acerca da *web* colaborativa e seus reflexos para a cultura e memória sociais. Muitos desafios e questionamentos surgem a respeito da

ABSTRACT

The Brazilian National System of Cultural Information and Indicators (Sistema Nacional de Informações e Indicadores Cultural - SNIIC) is a convergent and collaborative platform which unites digital resources meant to aggregate in one single data base the information regarding cultural matters in order to monitor the System's goals and implementation. The aim of this article is to reflect on the concept of memory in its individual, collective and digital instances considering (a) the means that the SNIIC digital platform can offer to promote plural speech, to give voice and visibility to cultural diversity and (b) the role it plays in the construction, preservation and dissemination of memory and cultural heritage. The research methodology used is bibliographic, descriptive and exploratory, concentrating on the thematic approach of Information Science regarding the collaborative web and its effects on culture and social memory. Many challenges and issues regarding individual participation and collaboration arise, as well as on new information flows and

* Doutora em Ciência da Informação. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Unesp – Marília. Endereço: av. dr. Higyno Muzzi Filho, 737, CEP 17525-900, Marília, SP. Telefone: (14) 3433-2429. E-mail: mjjorente@yahoo.com.br.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Unesp – Marília. Endereço: av. dr. Higyno Muzzi Filho, 737, CEP 17525-900, Marília, SP. Telefone: (14) 3402-1300. E-mail: anahiadv@yahoo.com.br.

*** Doutor em Memória Social. Pesquisador do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação PPGCI/Ibict-UFRJ. Endereço: Rua Lauro Müller, 455, 4º andar, CEP 22290-160, Rio de Janeiro, RJ. Telefone: (21) 3873-9450. E-mail: ricardopimenta@ibict.br.

participação e colaboração do usuário, assim como dos novos fluxos informacionais por meio de aplicações *web*, da preservação dos inúmeros registros de atividades e patrimônios culturais, para que sirvam de subsídios na composição da memória individual e social brasileira. Resta-nos conhecer, fazer uso efetivo e disseminar a existência da plataforma cultural, enfatizando sua importância e funcionalidades, estimulando a participação das pessoas a atuarem na construção coletiva da cultura, por meio da apropriação social da informação cultural e mediante as múltiplas formas de interação daí surgidas.

Palavras-chave: Memória na Internet; Cultura; Informação e Tecnologia; Web Colaborativa; Plataforma Digital.

preservation of the numerous records of activities and cultural heritage in order to subsidise the construction of individual and social Brazilian memory. It is important to explore, to use effectively, and to publicize the existence of the cultural platform, highlighting its importance and functionalities, stimulating people's participation in the collective building of culture through social appropriation of the cultural information in multiple interaction forms.

Keywords: Memory on the Internet; Culture; Information and Technology; Collaborative Web; Digital Platform.

INTRODUÇÃO

Ambientes virtuais ou digitais são termos empregados para designar o lugar no ciberespaço para a comunicação, como disposto por intermédio de tecnologias de informação e comunicação, e que representa mais do que um meio de disponibilização da informação: representa um espaço social de trocas simbólicas entre pessoas dos mais diversos locais do planeta (SILVA, SILVA, 2004), que integram, interagem e redimensionam uma infinidade de mídias e linguagens convergentes.

No Brasil, há em funcionamento vários desses ambientes, sob a forma de plataformas eletrônicas desenvolvidas pelo governo federal, cada uma com sua particularidade para responder à demanda para qual foi idealizada: Sistema Único de Saúde (SUS), Ensino a Distância, Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e, mais recentemente, a plataforma do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), vinculada ao Ministério da Cultura.

Neste trabalho, daremos enfoque ao SNIIC, que se configura como uma plataforma convergente que reúne objetos e recursos *digitais*, criada no contexto do governo eletrônico, com o objetivo de agregar em uma única base de dados informações referentes à cultura e possibilitar o monitoramento das metas e implementação do Sistema Nacional de Cultura (SNC).

Reconhecendo, portanto, essa plataforma como representativa do SNC, perguntamos: (a) quais as possibilidades que essa plataforma digital pode oferecer para a promover de discursos plurais, dar voz e visibilidade à diversidade cultural; e (b) qual o seu papel *na construção, preservação e disseminação da memória coletiva e do patrimônio cultural*.

A fim de responder a esses dois primeiros questionamentos, e tendo em vista a complexidade do tema, o objetivo deste trabalho é refletir sobre a atualização dos conceitos de memória em suas instâncias individual, coletiva e, finalmente, digital. O SNIIC atua como meio de registro e suporte de informações sobre o patrimônio

cultural, material e imaterial, os quais podem ser disponibilizados nas mídias digitais, criando-se uma nova dinâmica sociocultural.

Trata-se de uma oportunidade de enfrentamento do tema, fundamental para complementar outros estudos que igualmente debatem as plataformas digitais de informações relacionadas à cultura, sua complexidade e grande importância nas formas de interação, participação social e construção da memória coletiva, justificando seu estudo.

A cultura contemporânea apresentada e representada nos ambientes digitais, que visam à comunicação da informação e à construção do conhecimento, apresenta condições distintas de interação com o fluxo das informações circulantes. Nesse universo, o conceito de informação é relacionado ao paradigma social, apoiado nas tecnologias correntes e em contextos específicos.

Importante para nossa proposição neste artigo é a visão apresentada em *Sociodinâmica da cultura*, o qual, embora publicado em 1974, constitui texto clássico que assume uma visão sistêmica da cultura. Nele, Abraham Moles afirma que, no século XVIII, em 1793, a palavra cultura já constava em dicionários alemães, significando, porém, apenas conjuntos de vestígios artificiais deixados no meio ambiente pelo homem.

Para tratar da contemporaneidade, contudo, o autor considerava a “via estatística”, por meio da qual tais vestígios estimulam o cérebro, embutidos em linguagens multidimensionais e impressão gradual de sentidos a conceitos inicialmente vazios (MOLES, 1974, p.13). Em Moles, via estatística é a soma da informação cotidiana a partir da qual se criam determinadas estruturas pensamentais, um preenchimento de significados no percurso da utilização de conceitos e de linguagens. É a variação dos suportes e das linguagens, e os fluxos contínuos dessa variação que mudam, para Moles, a estrutura do pensamento e da cultura. Assim, redefine-se o termo cultura como “cultura mosaico”; redefinição que aponta para as transformações impressas ao conceito *cultura* na atualidade.

O conceito cultura descreve, em Moles, um “tecido fibroso composto por fragmentos de conhecimentos desordenados ligados por relação de proximidade, de época de aquisição, de assonância, de associação de ideias” (MOLES, 1974, p.19). Moles rompe, por meio dessa visão, com a ideia de que o conceito de cultura seja ligado a uma educação formal, racional. Ratifica, dessa forma, a noção de que a cultura é uma composição de fluxos de conhecimentos transmitidos por uma diversidade de meios, por impregnação e imersão da e na esfera das mensagens.

Nos canais de cultura, a complexidade das múltiplas vias, por meio das quais trafegam conteúdos informacionais, sedimenta-se em sistemas sociais. Nesse contexto, o compartilhamento dos bens culturais está naturalmente relacionado aos meios físicos de transferência da informação e, em nosso contexto – importante salientar –, ao papel da internet e das plataformas governamentais *online*, entre elas a SNIIC.

Entende-se que a cultura contemporânea, dessa forma, pode ser delineada por novas poéticas, mediadas por interfaces tecnológicas provocadoras de transformações radicais na natureza das mensagens nelas convergidas. Na perspectiva sistêmica, o delineamento de novas percepções e de mudanças nas formatações culturais acontece simultaneamente.

No entanto, apesar das transformações culturais não serem devidas apenas ao advento de novas tecnologias e novos meios de comunicação e cultura, os

relacionamentos entre os indivíduos e o conhecimento derivado das interações que acontecem a partir dos ambientes no sistema da cultura contemporânea provocam rupturas, mudanças conceituais e novos paradigmas sociais. Novos modelos de criação e comunicação de informação criam também novas tradições e crenças vivenciadas por uma geração de nativos digitais, sujeitos que interagem por meio de novos métodos de aproximação, de aquisição, de organização, de produção de nova arquitetura e de novo *design* na utilização e na reutilização das informações.

A contemporaneidade não é homogênea na realização das possibilidades culturais, já que a cultura não se oferece como um tecido uniforme e, portanto, apresenta complexidades que devem ser exploradas. Na “cultura mosaico” da atualidade, as preocupações devem se relacionar, sobretudo, ao aspecto produtivo de novas informações, de conhecimento e de saberes que relacionem a cultura local à produção cultural global, e que impliquem necessariamente o respeito às particularidades culturais e a real melhoria da vida dos cidadãos como um todo social.

Nesse cenário, as redes abertas e descentralizadas de informação e comunicação poderão contribuir para uma revolução na informação, de maneira realmente ampla, se empreenderem ações inerentes à diversidade cultural de seus usuários, com a participação mais pró-ativa dos sujeitos a quem interessa melhorar as condições humanas na contemporaneidade, bem como a de profissionais da informação que possam auxiliar de maneira relevante o processo de inserção desses sujeitos.

Algo a ser considerado é que, de maneira paradoxal, no contexto brasileiro de escassez de ambientes tradicionais ou digitais de disponibilização de informação, também se enfrenta o problema da explosão da informação. Tal situação é exacerbada pelos paradoxos entre escassez e excesso. Às ciências de maneira geral, às ciências sociais aplicadas e, em especial, à ciência da informação como área do conhecimento que se consolida e se legitima no contexto da cultura contemporânea assim configurada no Brasil, cabe um papel definidor das formas pelas quais as mudanças culturais irão se empreender.

A geração e o uso da informação digital tornam-se, para tanto, na contemporaneidade, premissas de aporte ético inerente ao campo da ciência da informação como ciência que vivencia o seu terceiro paradigma e que necessita implantar práticas coerentes com tal perspectiva ética nos setores que podem contar com as tecnologias de informação e comunicação (TIC), visando a alcançar melhor fruição de novos conteúdos e formatações no trânsito das informações.

Nesse sentido, é pertinente que a preocupação do domínio se volte para um melhor relacionamento com os saberes da cultura contemporânea: por razões óbvias, a via digital, com o avanço e domínio estruturados em rede. Por essa lógica, coloca-se em ação interativa uma diversidade crescente de formas e de códigos de modelação da informação, de maneira similar àquela utilizada pela estrutura cerebral humana que, de forma natural e orgânica, organiza o conhecimento no córtex. O aprendizado das convergências dessa lógica se realiza de maneira simulatória, aperceptiva, mas participativa. Aqui se cristalizam convergências em diferentes formas de construção e se disseminam informação fundida nas diversas estruturas de codificações ou linguagens, transformando-as em nós da rede rizomática do conhecimento.

MEMÓRIA EM TRÊS DIMENSÕES: INDIVIDUAL, COLETIVA E DIGITAL

A memória é a capacidade de representação, no presente, dos fatos e experiências passadas. Ela é construída com base nas experiências e significados partilhados pelos

atores sociais, mas também compõe estruturas estruturantes (BOURDIEU, 2009, p. 87) dos discursos, das ações e políticas futuras que terão nestas suas tradições e fundamentos. Neste sentido, sem memória, não há significação, não há reconhecimento das coisas do mundo e, portanto, não há a possibilidade de se produzir e reconhecer a informação no presente.

Este presente, *stricto sensu*, não existe em uma perspectiva bergsoniana, uma vez que, para Bergson (1991), a ação do presente está vinculada à percepção. A ação somente é possível na “duração”, ou seja, no momento efêmero de passagem entre o futuro (o que está por ocorrer) e o passado (aquilo já ocorrido e, portanto, findo). Tal percepção é notoriamente passível de ser compreendida igualmente em Arendt (2011, p. 36-37), quando ela afirma ser o presente um espaço de encontro de duas forças contrárias: passado e futuro. Para ela, o presente é esse espaço, da percepção e do político, no qual ocorre um jogo de forças entre aquilo que se tem como experiência, como conhecimento, como tradição, e o que se produzirá a partir ou apesar destes.

A memória nunca é um resgate ou conservação, em sua integralidade, de quaisquer fenômenos pretéritos, uma vez que não retornamos de fato ao passado. Nesse sentido, é insuficiente considerarmos que a memória – mesmo aquela conhecida como individual, caracterizada por um processo biológico e, portanto, uma das funções cognitivas mais complexas que a natureza produziu (DALMAZ; NETTO 2004) – corresponde à capacidade humana de “armazenamento” de informações no cérebro acerca de fatos ou experiências do passado, podendo ser transmitida com ou sem o auxílio de diferentes suportes (de forma oral ou registrada em textos ou imagens). Sabe-se que as lembranças não estão armazenadas de maneira estática no cérebro. São produto de um fluxo eletroquímico, enquanto espaço de mediação entre a experiência (finda e morta), o imaginário (presente e vivo) e a representação (possível em sua potência).

Nesse sentido, no qual imaginário e representação se encontram, é notório que a ação da memória está direta ou indiretamente relacionada àquilo que alguma vez percebemos ou sentimos (IZQUIERDO, 1989), em perspectiva ao grupo social do meio em que nos identificamos.

Está aí, de um ponto mais amplo, geral e distinto do indivíduo, o território conceitual do que entendemos como memória coletiva: um fenômeno social pelo qual se produzem os discursos da história, da tradição e da cultura de grupos sociais, instituições e Estados. Nesse caso, a memória coletiva sobre uma nação é constituída por meio de um leque de modos e práticas culturais, mediante os quais o documento, as diferentes formas de monumento e a oralidade a marcam, e que, *grosso modo*, torna-se a versão oficial desses mesmos grupos ou instituições.

Associadas a esse processo, surgem igualmente outras versões: memórias subterrâneas, que também encontram suas formas de registro com o intuito de serem preservadas do que se convencionou ser o discurso mnemônico dominante; grupos marginais; núcleos familiares distintos; organizações não reconhecidas nas estruturas dominantes. Ou seja, a falta de notoriedade e as menores possibilidades de registro fazem com que a memória dos vencidos seja pouco explorada, estudada e perpetuada. Ela não compõe a “memória oficial”, não está monumentalizada e, muitas vezes, nem mesmo registrada em suportes concretos.

Uma das formas de inserir narrativas das memórias marginais é por meio de uma política pública cultural voltada para o social, reconhecendo sua participação no tecido social e no horizonte da diversidade cultural que a marca. O acesso à memória,

à heteroglossia característica de sua diversidade cultural, conduz não somente a relações interpessoais mais próximas, como também leva a sociedade a ser mais cidadã e solidária (RODRIGUES; MACHADO, 2010).

Exemplo dessas memórias coletivas marginais são os embates acerca dos fatos ocorridos durante o período ditatorial no Brasil (1964/1985), considerados bastante controversos, que se transformaram em uma luta política entre duas perspectivas divergentes – a das vítimas e seus familiares e a história oficial –, envolvendo o governo e seus agentes pela memória do período¹ (OLIVEIRA; MARINHO, 2013).

É possível observar que há algo em comum entre todos os tipos de memórias nas sociedades que adotaram a escrita: sua materialização por meio de suportes que constituem hoje patrimônio documental, cujo armazenamento e acesso compõem uma prática cultural, tecnológica e política importante e fundamental para a memória do futuro. São *suportes* da memória, *símbolos* ou *representações* de saberes técnicos, científicos e práticos.

Portanto, estabelece-se como fato que o processo de construção e registro da memória tem relação direta com a noção de patrimônio, o qual, essencialmente definido sobre as bases de uma concepção ocidental da transmissão, é tido como:

o processo cultural ou o resultado daquilo que remete aos modos de produção e de negociação ligados à identidade cultural, à memória coletiva e individual e aos valores sociais e culturais (SMITH, 2006, p. 3).

Referente à questão do patrimônio cultural, é importante salientar que ele é o conjunto de bens, materiais e imateriais, considerados de interesse coletivo e suficientemente relevantes para a reprodução e circulação de dada memória ao longo do tempo. Tem, portanto, a função de mediar a (re)memoração, por parte dos atores sociais que partilham desses elementos, dos acontecimentos e demais fatos, símbolos, personagens e experiências convencionados como mais importantes pelo grupo que detém e reconhece tal patrimônio. Daí, percebe-se a profunda relação do patrimônio com a memória.

É mister, no entanto, estar ciente de que o que se preserva e aquilo que se patrimonializa não é o todo. Afinal, se a memória pressupõe seleção, como nos afirma Todorov (2000), é correto afirmarmos que a preservação do patrimônio também passa por processo muito similar, *lato sensu* capitaneado pelas instituições de memória, em grande medida representadas por museus, bibliotecas e arquivos, que se tornaram mediadoras entre o público e o acervo e responsáveis também pela sua *curadoria*.

Em sua etimologia, o termo curadoria está vinculado ao ato de curar, zelar, vigiar por algo; um conceito originalmente relacionado aos campos do direito – que se mistura com o aspecto arcôntico do arquivo enquanto morada dos documentos do Estado – e das ordens monásticas. Com o desdobramento das instituições e dinâmicas nos espaços sociais, o termo passa a se relacionar também com o campo das artes, dos museus e respectivos acervos. Mais adiante, o termo passa a se vincular, ainda, à atividade de mediação de um especialista, o curador – já inserido no *paradigma patrimonialista* –, que executa conexões entre grupos, públicos, pessoas com

¹ O programa “Direito à Memória e à Verdade” associa cidadania, identidade e memória histórica coletiva, destacando a urgência em resgatar fatos ocorridos na história recente do país, particularmente pós-1964, visando a promover, finalmente, a “reconciliação nacional” (OLIVEIRA; MARINHO, 2013).

propostas, objetos, organizando exposições a partir de “modelos de ordem” definidos por ele (CORREA; BERTOCHI, 2013, p. 28).

Dentro desse paradigma, o museu é uma instituição de guarda permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do desenvolvimento, aberta ao público, e que adquire, conserva, investiga, difunde e expõe os testemunhos materiais do homem e de seu entorno, para educação e deleite da sociedade. Já o arquivo³ corresponde à instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, processamento técnico conservação e acesso aos documentos, tanto públicos quanto privados.

Todos tratam do controle e, portanto, da circulação e do acesso dos suportes da memória. Ainda assim, no âmbito do mesmo paradigma, o conceito de biblioteca tecido por Garcia (2007) parece destacar mais claramente a noção de conservação da memória coletiva:

Além do componente patrimonial – conservação da memória coletiva através da informação registrada em suportes materiais – também, desde as origens a função “serviço” – uso e pesquisa de informação – surge implícita no conceito “biblioteca”. Já na Antiguidade, tem-se perfeitamente conceitualizada uma realidade que, progressivamente, se complexificou, tornando nítidas suas componentes próprias, que permitem hoje afirmar que o conceito define um sistema de informação específico (RIBEIRO, 1996, p. 30).

Obviamente, exercer tal curadoria é trabalho cada vez mais complexo, uma vez que a informação, seus suportes e mediações apenas crescem e se diversificam com o passar dos anos e com o desenvolvimento da tecnologia. É possível afirmar que o patrimônio constituído pela memória escrita, que já apresentava grande volume no século XIX, tornou-se exponencialmente maior a partir do século XX e, principalmente, após a virada do século XXI. Esse cenário se deve, sobretudo, a uma explosão informacional (PIMENTA, 2013a), a partir da popularização do formato digital, que influenciou a dinâmica sociocultural e a forma com a qual nos relacionamos política, social e economicamente.

Sendo assim, com a apropriação e disseminação das tecnologias da informação e conhecimento (TIC), a ideia de ciberespaço e as possibilidades oferecidas pela internet causaram uma mudança paradigmática do entendimento da sociedade, do binômio tempo/espaço e dos processos de construção e transmissão de uma memória social.

A memória em sua dimensão digital passa, então, a compor um cenário marcado por um intenso paradoxo. Sob a ameaça do esquecimento, da destruição dos documentos, de sua perda, digitalizar parece ser uma ação capaz de salvar, de evitar a destruição e o apagamento de extensas coleções e acervos textuais, imagéticos ou orais. No entanto, apenas nos subordinamos a um novo denominador para o fenômeno do desaparecimento: a tecnologia digital. Tecnologia esta que, em sua velocidade, torna obsoletos, a cada ano, um número significativo de mecanismos e ferramentas de mediação da informação. Ou seja, transformar e/ou armazenar em

² Conceito de Museu segundo o Icom (Comitê Internacional de Museus) na definição aprovada pela 20ª Assembleia Geral. Barcelona, Espanha, 6 de julho de 2001.

³ Conceito de arquivo trazido pelo *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Arquivo também abriga uma coleção especial ou coleções que contém as memórias de organizações, governos, universidades, etc. Um arquivo também pode conter coleções de projetos pessoais de um indivíduo ou família, fotos, panfletos, artigos recortados de jornais, etc. (BRASIL, 2011)

formato digital e eletrônico, representado sob o formato de documento, textos, fotografias, filmes, ainda não é garantia de perenidade.

Apesar disso, a emergência da cultura digital e consequente “digitalização da cultura” também apontam para uma nova categoria de patrimônio: o “patrimônio digital”. Esse conjunto constitui-se de bens culturais criados somente em ambiente virtual ou por bens duplicados na representação da *web* – que cobre materiais digitais incluindo textos, bases de dados, imagens estáticas e com movimento, áudios, gráficos, *software* e páginas *web*, entre uma ampla e crescente variedade de coleções que representam desde objetos pessoais a acervos tradicionais de instituições de memória (DODEBEI, 2006). Assim, a possibilidade de armazenamento, reconstrução, disseminação, preservação e criação colaborativa de informação, em grandes volumes e em diferentes suportes, faz com que a forma como nos relacionamos com a memória, individual ou coletiva, não seja mais a mesma, em parte pelo registro simultâneo aos acontecimentos e por ter ampliada sua capacidade de divulgação e retransmissão, acarretando novas abordagens para o termo curadoria. Segundo Correa e Bertochi:

Na medida em que ocorre a expansão da sociedade digitalizada, o termo curadoria passa a ser utilizado para uma diversidade de ações que envolvem organização de dados a partir de critérios ou recortes. Nesse contexto, a “curadoria de informação” assume uma ideia muito mais de organização que de inauguração de uma nova proposta ou visão de mundo. [...] A diversidade de associações semânticas ligadas ao termo revela a amplitude de sua apropriação: curadoria de conteúdo, cuidador de informação, filtrador, curadoria digital, editorial, social, jornalística, educativa, do conhecimento, do consumidor, de comunidades, entre outros (CORREA; BERTOCHI, 2012, p. 29).

A remodelação desses conceitos passa a promover a realização de novas estratégias que, ao lado da guarda e conservação, apresentam a perspectiva de valorização da informação (agora distinta de seu suporte) enquanto fenômeno social, e com prioridade máxima dada ao acesso à informação (SILVA; RIBEIRO, 2011) como um fator de memória identitária do seu organismo produtor (RIBEIRO, 2005). Transforma-se, então, o paradigma: o princípio “pós-custodial” passa a nortear e conceituar o novo momento da circulação da informação .

Essa mudança de paradigma implicou grande desafio para os profissionais da área da ciência da informação, pois anteriormente eles eram considerados meros guardiões de memória a serviço de investigadores ou cientistas. Na pós-custodialidade, passaram a ocupar o posto de estruturadores e gestores de informação, em contextos orgânicos produtores de fluxos informacionais, cujas ações mediadoras agora dependem basicamente do emprego das TIC na realização de serviços de *digitalização* e escaneamento *massivo* de acervos documentais ou uso de documentos originalmente digitais, a fim de possibilitar a participação social, cívica, espontânea e ativa do usuário em rede, trazendo à tona uma nova abordagem sobre museus, arquivos e bibliotecas (LE MOS; JORENTE; NAKANO, 2014).

Além disso, as TIC são essenciais nessa atuação pós-custodial em vários níveis: para tornar o patrimônio cultural acessível para além das fronteiras territoriais em que se encontram; possibilitar a representação virtual da instituição em *websites* na internet; promover a disponibilização do seu acervo e de serviços que permitam buscas e formas de participação do usuário, além de acesso *online* aos repositórios e bases de dados, a seus catálogos e índices de registros (disponíveis para *download*).

Imperioso notar que, nesse contexto, os museus digitais ou virtuais e as bibliotecas 2.0 ganharam uma nomenclatura própria, diferentemente dos arquivos públicos, que, apesar de agora “estarem” em *websites*, não tiveram nomeação distinta. Ocorre que todo o volume de informação gerado nesses ambientes precisa ser tratado, descrito e preservado, a fim de promover o acesso a seus conteúdos e atividades. Para tais ações, exigem-se certo conjunto de habilidades e aptidões, designado contemporaneamente de “curadoria digital”.

A ação da “curadoria digital” é um termo guarda-chuva que contém diversas nomenclaturas e níveis de atuação: “curadoria de informação”, “curadoria de conteúdo”, “curadoria de conhecimento” e “curadoria de dados”. Beiguelman (2011)⁴ propõe três possíveis modelos de curadoria *online*, combinando elementos humanos e não humanos:

- a) curador como filtrador: o curador seleciona, compartilha, comenta e contextualiza as informações, observando seus efeitos (“eu sou o que eu *linko*”);
- b) curador como agenciador: seleciona e relaciona os conteúdos, além de fazer a mediação com os receptores da informação (“eu sou como eu *linko* e compartilho”);
- c) a plataforma como dispositivo curatorial: é realizado por algoritmos que categorizam e relacionam informações acessadas, identificando perfis e interesses de consumo dos usuários nos ambientes digitais (“as coisas são como você *linka*”);

Atualmente, apesar da ampla difusão, a utilização das mídias como instrumentos de divulgação, exposição e expressão pessoais, sociais, culturais e de fixação da memória não é uma prática inédita. Exemplo disso são as narrativas modernistas de construção da brasilidade, como as articuladas às “viagens de (re)descoberta do Brasil” (1924, 1927 e 1928/1929) e, posteriormente, objetivadas nas ações do Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938), empreendidas por Mário de Andrade (NOGUEIRA, 2007).

Naquela época, Mário de Andrade já possuía uma ampla concepção de patrimônio. Em seu zelo pelo registro e a preservação, utilizava as mídias analógicas disponíveis – gravador Presto Recorder, câmara fotográfica Rolleiflex e filmadora Kodak (NOGUEIRA, 2007) –, consideradas por ele “aparelhos especiais para não se perder nenhum detalhe”. Assim, exercia a função de verdadeiro curador midiático do patrimônio imaterial, possibilitando a revitalização da memória coletiva.

SNIIC – ASPECTOS ESTRUTURAIS E DE CONVERGÊNCIAS

Além das novas abordagens dos museus, arquivos e bibliotecas apresentados em ambientes informacionais digitais, as plataformas eletrônicas governamentais no campo cultural fazem com que o encontro entre memória e tecnologia se dê nas formas, nos lugares e por meio das ferramentas utilizadas na contemporaneidade de maneira jamais vista (PIMENTA, 2013b).

⁴ As três frases “eu sou o que *linko*”, “eu sou como eu *linko* e compartilho” e “as coisas são como você *linka*”, ditas pela professora Giselle Beiguelman, representam a categorização dos processos curatoriais em redes digitais. Utilizando os neologismos “*linko*” e “*linka*”, as definições dos modelos fazem alusão à frase “você é o que você come”.

As plataformas eletrônicas governamentais, compostas por diversas camadas de *hardware* e *software*, apresentam uma cultura de convergência,⁵ capaz de alterar fluxos informacionais quanto à sua apresentação, disseminação, mediação, gestão e recuperação da informação para efetivação de políticas públicas culturais. Mas não apenas isso; contribuem intimamente para a manutenção de uma memória coletiva cada vez mais “partilhada” ou vivida, e reconhecida “por tabela” (POLLAK, 1992) entre atores sociais diversos, de forma que não importem para tal suas limitações espaciais.

As plataformas de cultura vêm sendo desenvolvidas e amplamente utilizadas em países como Argentina, Uruguai, Colômbia, México, França e Espanha, com a proposta de serem um ambiente híbrido, que ao mesmo tempo contempla a sociedade e o gestor governamental.

No Brasil, a Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010, definiu ainda que o SNIIC será a plataforma para monitoramento do Plano Nacional de Cultura (PNC), que tem como funções a coleta, sistematização e interpretação de dados, além de fornecer metodologias e estabelecer parâmetros à mensuração da atividade do campo cultural e das necessidades sociais de cultura, permitindo a formulação, monitoramento, gestão e avaliação das políticas públicas de cultura e das políticas culturais (BRASIL, 2011a).

O Sistema foi concebido para se tornar-se o grande repositório de dados e informações para estudos, consultas, criação de indicadores e outras funcionalidades, que atenderão às várias particularidades e necessidades dos usuários do campo cultural. Agrupará os dados de órgãos e agentes públicos e privados de cultura, e facilitará a atualização das informações por meio de acesso remoto, formando um sistema de informações dinâmico e vivo (BRASIL, 2011b).

⁵ Em seu livro, *Cultura da convergência*, Jenkins (2009) caracteriza a convergência de mídias a partir de três elementos: “convergência dos meios”, os mesmos conteúdos circulam em múltiplas plataformas; “cultura participativa”, alteração da relação entre consumidores e produtores tornando a sua fronteira algo muito flutuante; “inteligência coletiva”, como resultado de fluxo intenso de saberes individuais canalizados para um “todo” comum.

Figura 1: Interface de apresentação do SNIIC.



Fonte: website do SNIIC⁶ (BRASIL, 2011b).

O SNIIC é precursor no uso intensivo da colaboração aberta para a composição de uma base de dados pública. Seu conceito de implementação aproxima os elementos do governo eletrônico, com foco até mesmo na transparência pública. O Sistema elenca os conceitos, protocolos e padrões de *open government data* (dados abertos governamentais), para que qualquer interessado possa, ao processar livremente esses dados, criar conteúdo a partir de sua reutilização; de *linked data* (dados ligados entre si), a fim de estruturar os dados, mesmo dispersos na internet, aplicados, por exemplo, para a disponibilização integrada de acervos e catálogos, inventários de biblioteca, museu e arquivo; da *web 2.0* (*web colaborativa*), com as potencialidades da participação direta da sociedade civil por meio de interfaces típicas das mídias sociais, e *web 3.0* (*a web semântica*), na elaboração e implementação de arranjos de metadados integradores para recuperação da informação e gerenciamento de identidade (atribuição / autoria); serviços de busca de dados georreferenciados, empregados na elaboração de mapa cultural (cartografias colaborativas) (BRASIL, 2011c).

Todos esses recursos de *webservice* estão distribuídos em camadas, num *design* conceitual das plataformas governamentais, desenvolvidas seguindo uma estrutura piramidal, conforme esquema da figura abaixo.

Figura 2: Arquitetura conceitual das plataformas governamentais.

⁶ Disponível em: <<http://sniic.cultura.gov.br>>. Acesso em: 3 fev. 2015.



Fonte: Instituto Stella.⁷

- na camada-base, as unidades de informação tratam da construção de esquemas com padronização XML, a fim de possibilitar aos futuros sistemas aplicativos o compartilhamento da informação comum;
- na camada seguinte, os sistemas de informação e fontes de informação são responsáveis pela construção de repositórios e sistemas para captura, tratamento e armazenagem da informação, respeitando o que tiver sido definido na primeira camada;
- na terceira camada, localizam-se os portais e serviços, onde estão os instrumentos de apresentação de informações na web, com serviços de busca e atualização dinâmica da informação;
- a camada-topo da pirâmide contém sistemas de conhecimento que foram projetados para gerar novos conhecimentos a partir das unidades de informação, de sistemas de informação e de portais web.

A primeira versão do SNIIC ficou pronta em novembro de 2013, e corresponde ao Registro Aberto da Cultura (RAC), com as funções de coletar, armazenar e difundir dados e informações sobre agentes e objetos culturais, em âmbito nacional; está baseado em três conceitos centrais (CUTURA DIGITAL, 2012):

- a) *O usuário informante*: qualquer cidadão que voluntariamente presta informações sobre a cultura na qual esteja inserido ou faça parte;
- b) *O agente cultural*: qualquer profissional ou instituição que mantenha relação com o mundo da cultura (exemplos: artistas, fundações, institutos, empresas, produtores);

⁷ Desenvolvedor da Plataforma Lattes do CNPq desde 2002, o Instituto Stela é uma organização privada sem fins econômicos, dedicada à pesquisa, ao desenvolvimento e à inovação de soluções em engenharia e gestão estratégica de informação e conhecimento.

- c) *O objeto cultural*: é todo e qualquer equipamento, manifestação ou espaço vinculado a um agente cultural cadastrado (exemplos: teatros, cinemas, grupos folclóricos, musicais).

Toda a atividade cultural do usuário informante registrada na plataforma SNIIC revela novos formatos e estruturas narrativas, compostas por um “conjunto de fatores intrínsecos da comunidade, como a raça, a língua, a história e, principalmente, a cultura”, que, segundo Pedro Coelho (2002, p. 36), formam uma identidade local, possibilitando o reconhecimento da diversidade cultural e servindo como ponto de partida para as políticas públicas culturais.

Essa dinâmica interativa pode ser realizada em diversos graus de participação pelo usuário cidadão de acordo com a atividade realizada, do preenchimento do formulário RAC ao compartilhamento de tipos variados de mídia (fotografias, audiovisuais, etc.) relativas às experiências culturais vividas ou realizadas em sua comunidade local (CUTURA DIGITAL, 2012).

Nesse processo de interação social em rede (relacionamento de um para um, de um para muitos e de muitos para muitos), por meio da *web 2.0*, inaugura-se uma nova fase em que se tem no usuário a junção dos conceitos de criador e consumidor na mesma pessoa, o que se convencionou chamar de “prossumidor” (*prosumer*, em inglês).⁸

Especificamente no caso do cidadão usuário da plataforma SNIIC, essa atuação também pode ser considerada uma construção *bottom-up*, cuja tradução significa “ascendente” ou, simplesmente, “de baixo para cima”, empregado no sentido de mobilização do conjunto de atores sociais pertencentes à localidade, para que suas criações e manifestações culturais locais e de memória coletiva ganhem espaço e visibilidade para um elevado número de pessoas da mesma cidade, da mesma comunidade (SILVEIRA, 2008). Por outro lado, as informações dos agentes culturais e dos pontos de cultura são prestadas de forma descendente ou, “de cima para baixo”, portanto consideradas *top-down*, por órgão institucionalizado ou de alguma maneira ligado ao Estado.

SNIIC e iniciativa SP Cultura

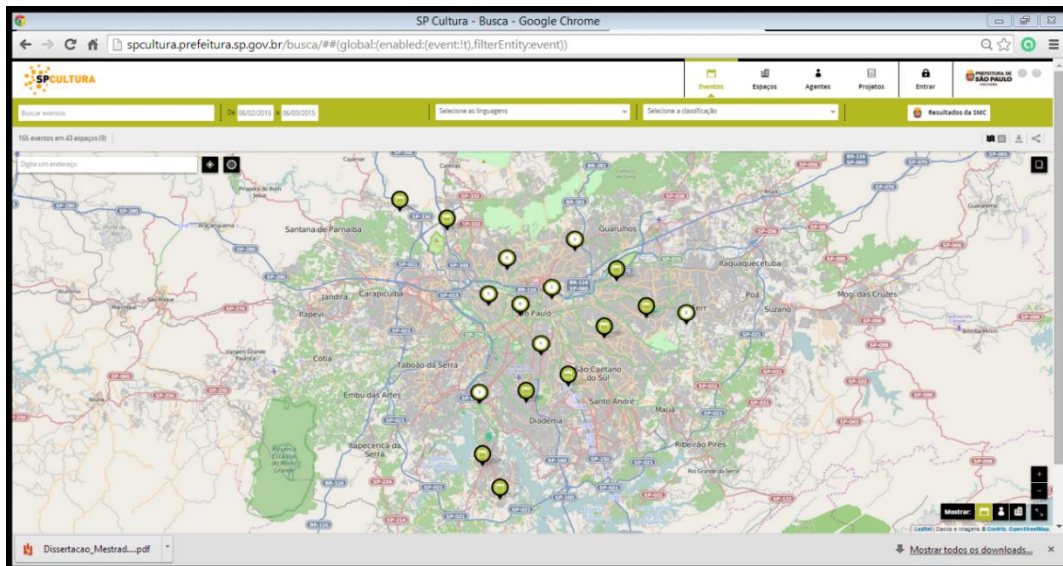
A Prefeitura de São Paulo e o Instituto TIM lançaram a SP Cultura, plataforma digital de mapeamento colaborativo e gestão cultural da capital paulista, elaborada nos mesmos moldes e padrões da plataforma SNIIC, e que está em plena atividade, acessível por meio do site <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>.

Assim, da mesma maneira que com o uso do SNIIC, o usuário do SP Cultura poderá buscar eventos culturais e cadastrar seu perfil de agente – como artista, gestor e produtor – e incluir sua própria programação cultural, colaborando para a gestão da cultura da cidade.

⁸ Prossumidor é o termo criado por Alvin Toffler, autor de *A terceira onda*, que faz a junção de consumidor e produtor de conteúdo: o consumidor deixa de ser passivo, e, não aceitando mais informação apenas de um emissor, busca outras fontes e cria voz nas redes, propagando seus conhecimentos.

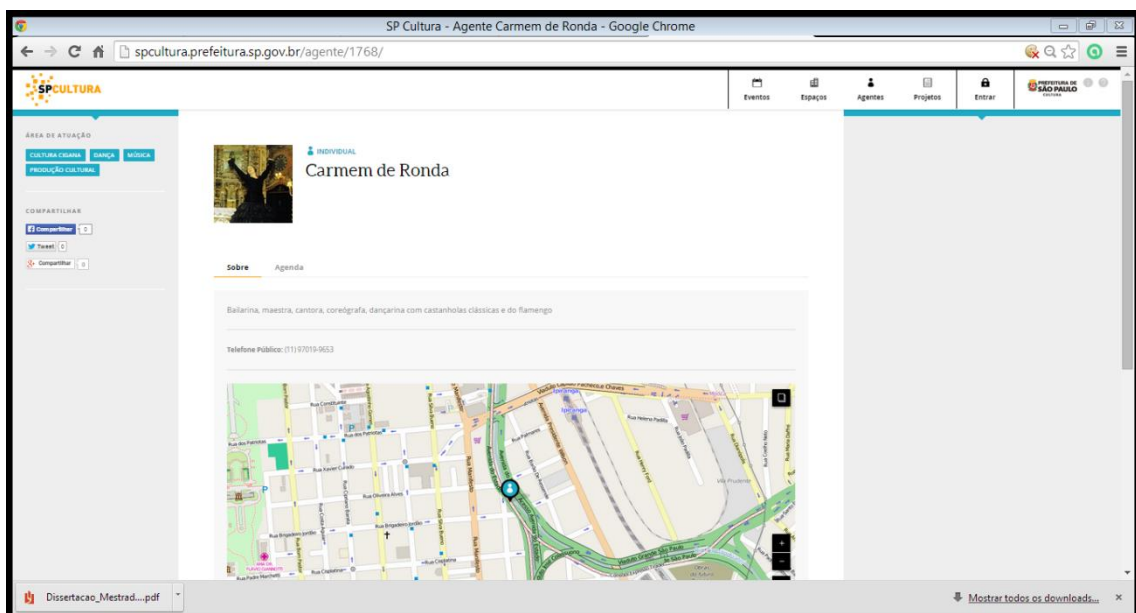
O ambiente também possui uma ferramenta de georreferenciamento, para catalogar a produção cultural da cidade, e sistema de busca dos espaços culturais de São Paulo, projetos, leis de fomento, mostras convocatórias e editais publicados pela Secretaria Municipal de Cultura, além de diversas iniciativas cadastradas pelos usuários da plataforma.

Figura 3: Interface de apresentação da camada eventos na SP Cultura.



Fonte: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/> (SÃO PAULO, 2015).

Figura 4: Exemplo da interface agentes, na SP Cultura.



Fonte: <http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/> (SÃO PAULO, 2015).

A capital paulista foi a primeira a desenvolver a plataforma SNIIC, mas outros entes governamentais planejam a adoção da ferramenta desde 2014: os governos do Ceará e do Rio Grande do Sul, e dos municípios de Campinas (SP), Santos (SP), João Pessoa (PB), Vitória da Conquista (BA), Sobral (CE) e Itacoatiara (AM).

Dessa forma, a iniciativa governamental de distribuição horizontal da implementação da plataforma em vários municípios brasileiros contribui para a formação e configuração da cartografia cultural.

Nessa medida, tem-se que o estudo e a investigação desse contexto, e o contato direto e imediato com o SNIIC por parte dos gestores públicos e usuários, apresentam-se como condição essencial para o desenvolvimento e o conhecimento sobre o acesso, a divulgação e a apropriação social *bottom-up* da informação, via compartilhamento e criação coletiva de uma cartografia cultural, para a formação e preservação do patrimônio cultural e da memória individual e coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas voltadas à proteção e à promoção da diversidade cultural brasileira culminaram na elaboração e execução do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), plataforma digital de governança colaborativa para agregar informações da cultura brasileira.

O objetivo do SNIIC é permitir que os agentes culturais e a sociedade como um todo possam ter acesso a informações do segmento cultural em um único lugar, além de possibilitar o cadastramento de informações culturais atualizadas.

A plataforma digital cultural SNIIC, juntamente com os tradicionais arquivos, bibliotecas e museus, representa espaços e ambientes de registro projetados para guardar, preservar e disseminar a informação e a memória; trata-se de um grande repositório de dados e informações para estudos, consultas, criação de indicadores.

Assim, a materialização da memória individual, coletiva e marginal, em suporte digital, forma um patrimônio documental importante para a memória do futuro, que com a plataforma SNIIC tem a possibilidade de salvaguarda, preservação e disseminação.

Além disso, o SNIIC é um ambiente dinâmico e convergente, cujos inúmeros registros de seus usuários possibilitam a construção e formatação de identidades, patrimônio e valores culturais, e de memória individual e coletiva, estando apto também a minimizar os conflitos e divergências sobre o que deve ser valorizado e apreendido nesse processo dinâmico de seleção patrimonial, bem como contribuindo para o planejamento, gestão e difusão da produção e da diversidade cultural e artística do Brasil.

Muitos desafios e questionamentos surgem a respeito da participação e colaboração do usuário, assim como dos novos fluxos informacionais por meio de aplicações *web*, da preservação dos inúmeros registros de atividades e patrimônios culturais, para que sirvam de subsídios na composição da memória individual e social brasileira.

Resta-nos conhecer, fazer uso efetivo e disseminar a existência da plataforma cultural, enfatizando sua importância e funcionalidades, estimulando a participação das pessoas a atuar na construção coletiva da cultura por meio da apropriação social da informação cultural mediante as múltiplas formas de interação daí surgidas. Só assim, poderemos ver a consecução da função social e dos objetivos para os quais ela foi criada, e, enfim, apontar e ajudar a equacionar os problemas surgidos.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- BEIGUELMAN, Gisele. *Curadoria de informação*. Palestra, ECA-USP, 2011. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/gbeiguelman/curadoria-informacao>>. 2011.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. *O senso prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura. *Guia de orientações para os municípios*. Brasília, DF, 2011a. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/cartilha_web.pdf/8cbf3dae-obaf-4a30-88af-231bd3c5cd6e>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- _____. _____. Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC). Brasília, DF, 2011b. Disponível em: <<http://sniic.cultura.gov.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- _____. _____. Metas do Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF, 2011c. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/documents/10883/11294/METAS_PNC_final.pdf/3dc312fb-5a42-4b9b-934b-b3ea7c238db2>. Acesso em: 2 de jan. 2015.
- BRASIL. Procuradoria da República. *Glossário de termos de biblioteconomia e ciências afins*. Palmas: PRTO, 2011. Disponível em: <http://www.prto.mpf.mp.br/servicos/biblioteca/glossario_de_termos_de_biblioteconomia_e_ciencias_afins.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- COELHO, Pedro. A Europa da proximidade. *Observatório: revista do Obercom – Observatório da Comunicação Lisboa*: Obercom, n. 2, nov. 2002. p. 35-48.
- CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad; BERTOCHI, Daniela. O papel do comunicador num cenário de curadoria algorítmica de informação. In: CORRÊA, Elizabeth Nicolau Saad (Org.). *Curadoria digital e o campo da comunicação*. São Paulo: ECA, USP, 2012. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343470.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.
- CULTURA DIGITAL. SNIIC: versão 1.0 do Registro Aberto da Cultura (RAC) e Nuvem da Cultura. Disponível em: <<http://culturadigital.br/sniic/>>. Acesso em: 2 fev. 2015.
- DALMAZ, Carla; NETTO, Carlos Alexandre. A memória. *Ciência e Cultura*, v. 56, n.1, jan./mar. 2004. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252004000100023&script=sci_arttext>. Acesso em: 3 fev. 2015.
- DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas, 51). Bibliografia: p. 175-178. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2015.
- DODEBEI, Vera. Patrimônio e memória digital. *Morpheus: revista eletrônica em Ciências Humanas*, ano 4, n. 8, 2006. Disponível em: <<http://www4.unirio.br/morpheusonline/numero08-2006/veradodebei.htm>>. Acesso em: 2. Fev. 2015.

GARCIA, Lígia Vieira. *Biblioteca escolar: espaço cultural que pode contribuir para o processo de letramento*. Cuiabá: UFMT/IE, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

INSTITUTO STELA. *Metodologia para plataformas e-governança*. Disponível em: <<http://www.stela.org.br/>>. Acesso em 2. fev. 2015.

IZQUIERDO, Ivan. Memória. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 6, São Paulo. Maio/Ago.1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000200006>. Acesso em: 3 fev. 2015.

JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.

LE MOS, Joana Gusmão; JORENTE, Maria José Vicentini; NAKANO, Natália. O paradigma pós custodial e sua representação no design da informação no sítio do arquivo nacional do Reino Unido. *Liinc em Revista*, Rio de Janeiro, v.10, n. 2, p. 674-690, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.ibict.br/liinc>>. Acesso em: 2 fev. 2015.

NEIVA, Ricardo; ALONSO, Luiza; FERNEDA, Edílson. Transculturalidade e tecnologias da informação e comunicação. In: CICLO DE PALESTRAS SOBRE NOVAS TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO, 10., 2007, Porto Alegre. *Anais eletrônicos...* Porto Alegre: Centro Interdisciplinar de Novas Tecnologias na Educação da Universidade do Rio Grande do Sul, 2007. Disponível em: <<http://www.cinted.ufrgs.br/ciclo10/artigos/5hRicardo.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2013.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a13v26n2.pdf>>. Acesso em 03 fev. 2015.

OLIVERIA, Sonale Diane Pastro de; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. A internet, um novo espaço de disputa pela memória da ditadura militar no Brasil. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 5, n. 10, p. 159-181, 2013. Disponível em: <<http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180305102013159/2869>>. Acesso em: 30 jan. 2015.

PIMENTA, Ricardo M. *Big data e controle da informação na era digital: tecnogênese de uma memória a serviço do mercado e do estado*. *Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação*, v. 6, p. 7-24, 2013a. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/viewFile/117/159>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

_____. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). *Fronteiras da ciência da informação*. 1. ed. Brasília, DF: Ibict, 2013b, v. 1, p. 146-171. Disponível em <<http://livroaberto.ibict.br/handle/1/1020>>. Acesso em 3 fev. 2015.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, v. 5, n.1 0, 1992. Disponível em < <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/0>>. Acesso em 20 jan. 2015.

RIBEIRO, Fernanda. *Os arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar*. Disponível em: < <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

_____. Biblioteca: novos termos para um velho conceito. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 1996, p. 29-32. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo4691.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

RODRIGUES, Giseli Giovanella; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. A importância da memória para uma cidade. *Revista Destaques Acadêmicos*, Lajeado: CCHJ, Univates, ano 2, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.univates.br/revistas/index.php/destaques/article/download/215/157>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

SANTOS, Myrian S. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, 2000, v.15, n. 2, p. 271-302. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v15n2/v15n2a05.pdf>>. Acesso em: 7 fev. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Secretaria de Cultura. SP Cultura. Disponível em: <<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 5 fev. 2015.

SMITH, Laurajene. *Uses of heritage*. 1. ed. New York: Routledge, 2006. Disponível em: <[https://loomen.carnet.hr/pluginfile.php/278649/mod_resource/content/1/Smith%20Laurajane-The%20Uses%20Of%20Heritage%20\(2006\).pdf](https://loomen.carnet.hr/pluginfile.php/278649/mod_resource/content/1/Smith%20Laurajane-The%20Uses%20Of%20Heritage%20(2006).pdf)>. Acesso em: 6 fev. 2015.

SILVA, Armando Malheiros; RIBEIRO, Fernanda. *Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação*. Recife: Néctar, 2011.

SILVA, Carlos Alberto F. da; SILVA, Michele Tancman Cândido da. *A dimensão socioespacial do ciberespaço: uma nota*. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/geografia/0007.html>>. Acesso em: 6 fev. 2015.

TODOROV, Tzvetan. *Os abusos da memória*. Tradução Miguel Salazar. Barcelona: Paidós, 2000.